
Em tempos de conservadorismo: pensar relações entre o “escola sem partido” e as questões de gênero e sexualidade nas escolas¹

Roney Polato de Castro²

Ana Carolina Mercês Coura³

Resumo

O artigo, derivado de uma pesquisa de mestrado em Educação, tem como objetivo discutir enunciados que constituem, discursivamente, noções de gênero, sexualidade, escola e família, a partir das narrativas de estudantes do Ensino Médio de uma escola pública e das ideias e recomendações presentes no site do movimento Escola sem partido (ESP). Apresentamos, em seguida, narrativas de jovens estudantes e discutimos suas ideias na relação com esse contexto contemporâneo de conservadorismo, representado pelas proposições do movimento. As narrativas foram construídas a partir de entrevistas narrativas e indicaram relações de descontinuidade entre os modos de agir e pensar das/os jovens e o contexto político-moral reacionário e conservador proposto pelo ESP.

Palavras-chave: Movimento Escola Sem Partido; Gênero; Sexualidade; Escola; Conservadorismo.

In times of conservatism: think relations between the "escola sem partido" and the issues of gender and sexuality in schools

Abstract

The article, derived from a master's degree research in Education, aims to discuss enunciations that constitute, discursively, notions of gender, sexuality, school and family, based on the narratives of high school students from a public school and the ideas and recommendations present on the website of the Escola Sem Partido (ESP) organization. We then present narratives of young students and discuss their ideas in relation to this contemporary context of conservatism, represented by the movement's propositions. The narratives were constructed from narrative interviews and indicated discontinuous relationships between the young people's ways of acting and thinking and the reactionary and conservative political-moral context proposed by ESP.

Keywords: Escola Sem Partido Organization; Gender; Sexuality; School; Conservatism.

Considerações iniciais

O presente artigo nasce de uma pesquisa de mestrado em Educação⁴, cujo foco recai sobre as narrativas de jovens estudantes secundaristas de uma escola pública em uma cidade de médio porte do estado de Minas Gerais, acerca de suas vivências e concepções sobre

¹ Este trabalho é fruto de uma dissertação de mestrado em educação, defendida e aprovada em 2019.

² Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora: roneypolato@gmail.com.

³ Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora: ana.mercês@hotmail.com.

⁴ Ana Carolina Mercês Coura. *Pensando gênero, sexualidade e juventude em tempos de “escola sem partido”*. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora. 2019.

gênero, sexualidade e juventude. O interesse pelas narrativas surge a partir da constatação de um contexto social e político conservador, o qual será aqui representado pela disseminação das ideias do movimento Escola sem partido (ESP). Como estratégia metodológica, foram utilizadas entrevistas narrativas, com centralidade para as experiências, saberes e vivências das/os jovens. Elas foram realizadas no primeiro semestre de 2018, no espaço da escola, com anuência das pessoas responsáveis e da direção da instituição, por se tratar de sujeitos menores de idade. Foram assinados os termos de consentimento e assentimento, garantindo os pressupostos éticos da pesquisa. As/os jovens secundaristas foram convidadas/os a participar. Assim, foram realizadas oito entrevistas narrativas com nove sujeitos (uma foi realizada em dupla, a pedido das estudantes), a partir de um roteiro orientador que lançava mão de tópicos e imagens a serem apresentados como disparadores das conversas. Neste artigo temos como objetivo discutir alguns dos enunciados que constituem, discursivamente, noções de gênero, sexualidade, escola e família, a partir dessas narrativas e das ideias e recomendações presentes no site do movimento Escola sem partido (ESP).

As perspectivas que orientaram a produção da pesquisa, a construção de seu percurso metodológico e analítico são os estudos pós-estruturalistas e foucaultianos de gênero, sexualidade e educação, operando com a problematização e desnaturalização de modos hegemônicos de lidar com essas categorias e dando especial atenção à linguagem, aos discursos e às relações de poder como constituintes das realidades e dos sujeitos. Assim, foram analisadas as narrativas das/os jovens estudantes e os enunciados do ESP, considerando possibilidades de distanciamento e proximidade entre essas práticas discursivas, buscando pistas de possíveis marcas das proposições moralizantes do ESP nas narrativas das/os jovens sobre suas experiências na família e na escola.

Para este artigo, selecionamos as análises que tensionam concepções de gênero e sexualidade vividas na escola em que foi realizada a pesquisa com as perspectivas enunciadas pelo ESP em seu site institucional. Nesta conversa inicial, buscamos apresentar brevemente a pesquisa e o ESP, em suas características gerais, a partir do acompanhamento de suas propostas e enunciações, pensando seus efeitos para a educação e para a escola. Na segunda seção do artigo, buscamos discutir relações possíveis entre as propostas do ESP e a noção de

conservadorismo. Na terceira seção, tomando trechos narrativos das entrevistas com jovens participantes da pesquisa, discutimos algumas de suas concepções em tempos de ESP.

O ESP é uma iniciativa organizada basicamente em duas frentes: o movimento Escola sem Partido, que se propõe a acolher denúncias e orientar famílias sobre o que denominam de ‘doutrinação político-ideológica nas escolas’, e o anteprojeto de lei desenvolvido pelo próprio movimento⁵, distribuído e acolhido por políticos das esferas municipal, estadual e federal, como modo de articular projetos de Leis que se orientam para o controle e vigilância das escolas, proibindo o tratamento de questões relativas ao contexto político-social, em especial, o debate sobre diversidades sexuais e de gêneros. Essas duas frentes são facilmente percebidas assim que olhamos para um dos sites oficiais do movimento⁶, que logo, ao acessarmos, já nos mostra um aviso: *“esta é a página do Movimento Escola Sem Partido. Para visitar a página do Anteprojeto de Lei contra a doutrinação nas escolas, ‘clique aqui’”*⁷. Vale dizer que o anteprojeto idealizado pelo ESP, disponível no site do ESP⁸, está disponibilizado em modelos para projetos de lei para a as esferas federal, estadual e municipal.

Além desses dois sites principais, o ESP também tem articulações nas redes sociais, principalmente no *Facebook*⁹. O ESP divulga os seus ideais na internet utilizando maciçamente recursos de imagens e vídeos para apresentar os seus pontos de vista¹⁰. É interessante notar que o ESP também veicula materiais de outras páginas e blogs¹¹. Essa estratégia de divulgação nos indica que as articulações que o ESP faz tomam diversas frentes e divulgam seus valores por meio das mais variadas fontes, para os mais diversos públicos. Para as análises aqui construídas,

⁵ Numa aproximação mais atual com o site do ESP, constatamos a seguinte frase: “O adeus do fundador”, seguida da seguinte mensagem: *“Anuncio com tristeza o fim da minha participação no Movimento Escola sem Partido. Cessa, a partir de hoje, a atividade dos canais do ESP sob minha responsabilidade. Brasília, 22 de agosto de 2020”*. Junto à mensagem, há um vídeo em que Miguel Nagib explica o porquê de seu desligamento das atividades do ESP. Cientes disso, manteremos as referências ao site e a esse movimento conforme foram analisadas no momento da realização da pesquisa que dá origem a este artigo.

⁶ Disponível em: <http://escolasempartido.org/>. Acesso em: 6 mai. 2019.

⁷ Ao longo do texto, a fim de facilitar a leitura, deixaremos os enunciados veiculados ao/pelo ESP entre aspas e/ou em itálico, além das indicações de fonte bibliográfica, quando necessário.

⁸ Disponível em: <https://www.programaescolasempartido.org>. Acesso em: 6 mai. 2019.

⁹ Disponível em: <https://m.facebook.com/profile.php?id=336441753173489>. Acesso em: 6 mai. 2019.

¹⁰ FRIGOTTO, G. (org.). *Escola “sem” partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: UERJ: LPP.2017.

¹¹ SOUZA, A. L. S. et al. (org.). *A Ideologia do movimento escola sem partido: 20 autores desmontam o discurso*. São Paulo: Ação Educativa, 2016.

nós nos concentraremos em investigações no site oficial¹² do movimento, considerando que é uma das fontes principais do ESP, em que se concentram, de forma sólida, seus principais valores.

O ESP tem a primeira data de registro no ano de 2004, quando seu site oficial foi veiculado. Miguel Francisco Urbano Nagib, advogado e procurador do estado de São Paulo, define-se como coordenador do movimento. Não há muitas informações disponíveis sobre as ações do ESP entre 2004 e 2014 (BRAIT, 2016). A partir do debate sobre o Plano Nacional de Educação e os Planos Estaduais e Municipais, entre 2014 e 2017, o ESP adquire maior visibilidade e suas ideias passam a orientar discussões dentro e fora das câmaras legislativas. O ESP surgiu inexpressivamente, como uma iniciativa conjunta de estudantes e familiares empenhados em alcançar mudanças na estrutura jurídica do direito à educação, quer dizer, em regulamentar a liberdade de cátedra, ditando regras para a livre expressão, buscando judicializar o trabalho docente (CARVALHO; POLIZEL; MAIO, 2016).

O movimento ESP se autointitula *“uma iniciativa conjunta de estudantes e pais preocupados com o grau de contaminação político-ideológica das escolas brasileiras, em todos os níveis: do ensino básico ao superior”*, conforme escrito na aba Quem Somos¹³. Ao longo do mesmo texto, assinado por Nagib, também podemos ler que o ESP é *“uma associação informal, independente, sem fins lucrativos e sem qualquer espécie de vinculação política, ideológica ou partidária”*. Essa é uma das poucas páginas em que o texto aparece assinado por um dos coordenadores ou colaboradores do grupo¹⁴. Daniele Brait (2016) ainda aponta que,

fora o nome de Nagib, nenhum outro aparece na coordenação da organização. Inclusive, em pesquisa sobre a propriedade do domínio do site, nem o nome do mesmo é registrado publicamente, trata-se de uma informação confidencial. Seria então uma organização gerida e concebida apenas por uma pessoa? Quais seriam suas fontes de financiamento? Será que partiu somente

¹² Movimento Escola sem partido. Disponível em: <http://www.escolasempartido.org>. Acesso em: 6 mai. 2019.

¹³ Disponível em: <http://www.escolasempartido.org/quem-somos>. Acesso em: 6 mai. 2019.

¹⁴ Para mais informações sobre o ESP, em suas várias articulações e redes que perpassam por entidades da sociedade civil, instâncias religiosas e partidos políticos, ver o trabalho de ESPINOSA, B. R. S.; QUEIROZ, F. B. C. Breve análise sobre as redes do Escola sem Partido. In: FRIGOTTO, G. (org.). *Escola “sem” partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017, p.49-62.

de Nagib, por uma insatisfação pessoal?¹⁵ (BRAIT, 2016, p.161).

Na aba Objetivos¹⁶, é possível encontrar em destaque geral os três objetivos que guiam o movimento: *a descontaminação e desmonopolização política e ideológica das escolas; o respeito à integridade intelectual e moral dos estudantes; e o respeito ao direito dos pais de dar aos seus filhos uma educação moral que esteja de acordo com suas convicções*. Além disso, pretendem oferecer apoio a estudantes e pais no combate à doutrinação ideológica, *“seja qual for”*; orientar na melhor maneira de enfrentar o problema; disponibilizar *“análises críticas de bibliografias, livros didáticos e conteúdos programáticos”*; e, por fim, *“promover o debate e ampliar o nível de conhecimento do público sobre o tema ‘doutrinação ideológica’, mediante a divulgação de atos normativos, códigos de ética, pareceres, estudos científicos, artigos e links dedicados ao assunto”*.

Embora o ESP afirme, na aba Apresentação, que as escolas devem atuar como centros de produção e difusão do conhecimento, abertas *“às mais diversas perspectivas de investigação e capazes, por isso, de refletir, com neutralidade e equilíbrio, os infinitos matizes da realidade”*, o texto, na parte dos objetivos do movimento, segue apresentando o seguinte cenário: *“no Brasil esta escola na qual acreditam – fundamentada em valores de liberdade, neutralidade e equilíbrio - não consegue cumprir esse papel, por estarem sendo vítimas da doutrinação político-ideológica praticada, principalmente, por educadores e autoridades”*.

Ou seja, o ESP apresenta um “problema” que se pode encontrar nas escolas brasileiras e logo se coloca como o movimento que poderá mobilizar ferramentas de ajuda na resolução desse problema, através do combate à doutrinação. O texto finaliza dizendo: *“Ajude-nos a promover a liberdade de pensamento e o pluralismo de ideias nas escolas brasileiras”*.

Assim, são algumas características que fundamentam os discursos do ESP: apontam para uma “doutrinação” e para uma “contaminação político-ideológica” que ocorre nas escolas, posicionando-se fortemente contra elas. Trata-se de um movimento que defende que sejam respeitadas as convicções dos pais, ou seja, a instituição familiar é essencial para a maneira

¹⁵ Em entrevista citada por Brait, Nagib explica como sua motivação para o ESP partiu de uma insatisfação pessoal. Entrevista disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2016/06/23/politica/1466654550_367696.html. Acesso em: 6 mai. 2019.

¹⁶ Disponível em: <http://www.escolasempartido.org/objetivos>. Acesso em: 6 mai. 2019.

como se compreendem enquanto movimento. Outra característica do ESP é a não “vinculação política, ideológica ou partidária”, pois o movimento defende uma escola “livre e neutra”, “plural”.

Por fim, no site oficial do ESP, em várias outras seções localizadas nas abas à esquerda do site, podemos encontrar os seguintes títulos: corpo de delito¹⁷, defenda seu filho¹⁸, síndrome de Estocolmo¹⁹, educação moral²⁰, movimento estudantil²¹, entre outros. Destacamos esses cinco para evidenciar o modo como o movimento se utiliza de expressões que evocam o medo e inspiram o pânico moral, através de reações de “defesa a ataques iminentes” (vide corpo de delito, defenda seu filho, síndrome de Estocolmo). O ESP entende o movimento estudantil como doutrinador político-ideológico e coloca centralidade nas questões de educação moral, fortemente associadas à família e à religião.

Elvis Katz e Andressa Mutz (2017), também analisando o ESP a partir do seu site oficial, apontam que, diferentemente dos artigos de opinião, na maior parte das abas e seções do site, não existem referências à autoria, “o que indica, certamente, que as enunciações presentes ali devem ser tomadas como bases para o ESP em sua totalidade” (KATZ; MUTZ, 2017, p.195). Ou seja, os enunciados veiculados no site não são apenas opiniões com as quais o ESP concorda e compartilha, mas passam a ter ainda mais importância a partir do momento em que o próprio movimento assume a autoria.

Em discussão o ESP e algumas relações com o conservadorismo

A pesquisa tomou o ESP enquanto movimento que se insere e fortalece sua atuação em um cenário no qual práticas discursivas circulam e mobilizam políticas conservadoras. Assim, buscamos tecer argumentos que nos conduzem a pensar nesse movimento em diálogo com um contexto sócio-histórico no qual avançam perspectivas conservadoras nos vários âmbitos da sociedade.

¹⁷ Disponível em: <http://www.escolasempartido.org/corpo-de-delito>. Acesso em: 6 mai. 2019.

¹⁸ Disponível em: <http://www.escolasempartido.org/defenda-seu-filho>. Acesso em: 6 mai. 2019.

¹⁹ Disponível em: <http://www.escolasempartido.org/sindrome-de-estocolmo>. Acesso em: 6 mai. 2019.

²⁰ Disponível em: <http://www.escolasempartido.org/educacao-moral>. Acesso em: 6 mai. 2019.

²¹ Disponível em: <http://www.escolasempartido.org/movimento-estudantil>. Acesso em: 6 mai. 2019.

Consideramos difícil conceituar o termo “conservadorismo” como um conceito único, ou até mesmo descrevê-lo, devido à complexidade de determinar sua natureza e seus fins. No entanto, é possível compreendê-lo a partir de alguns dos seus aspectos. O trabalho de José Sepulveda e Denize Sepulveda (2016a) auxilia nesse sentido. O conservadorismo possui um forte aspecto relacionado ao comportamento humano, quer dizer, existem pessoas conservadoras, com crenças conservadoras, que se comportam de maneira conservadora. Porém, vamos nos ater a problematizar o conservadorismo em seu aspecto político de modo geral, isto é, práticas discursivas que podemos entender como conservadoras, que circulam em territórios de compartilhamento entre as pessoas, em especial, a escola.

A dificuldade de se conceituar o conservadorismo faz com que se pense o termo a partir dos seus opostos. Por exemplo, o conservadorismo é entendido como uma oposição ao progressismo, ou seja, é visto como tudo aquilo que se opõe ao ‘progresso’. A relação de entendimento entre ambos coloca o progresso em uma concepção positiva, significando melhoria, a troca de uma episteme antiga por outra melhor, a superação dos conhecimentos, o maior esclarecimento da verdade. Toda essa noção de ‘progresso’, bastante característica de um pensamento moderno, qualifica, portanto, o conservadorismo como o seu oposto (SEPULVEDA; SEPULVEDA, 2016a).

Vale pensar nos efeitos que essa oposição - conservadorismo e progresso - podem trazer. Os sujeitos se localizam apenas em um lado ou em outro? Se não compactuamos com uma ideologia conservadora, significa, por consequência, que nosso pensamento é progressista? Não é possível a existência de outros lugares e territórios de produção de saberes? De que maneiras esses dois conceitos, em sua polarização, se relacionam com os saberes acionados pelo ESP?

No campo do debate da política, é possível perceber que os discursos entendidos como conservadores, em se tratando de um assunto de natureza moral ou comportamental, estão fortemente associados à defesa de valores tradicionais, de âmbito religioso. Sepulveda e Sepulveda (2016a, p.144) afirmam que, “quando do debate desses assuntos no campo político,

xs conservadorxs²² estão sempre contrários às minorias”. Afirmam ainda que o conservadorismo político é sempre contrarrevolucionário e antidemocrático, sendo um elemento ideológico que constrói o senso comum, ou seja, não pertence exclusivamente a uma classe social específica e nem está relacionado ao nível de escolaridade, por exemplo. Assim, torna-se possível identificar uma retórica conservadora no que se refere à construção de práticas pedagógicas e escolares, especialmente quando olhamos para o cenário atual de políticas públicas voltadas para a educação em geral, mas ainda considerando as abordagens de gênero e sexualidade, pautas feministas e LGBTQIA+.

Diversas práticas discriminatórias que observamos na educação estão intimamente relacionadas a esse conservadorismo. Os discursos que produzem o medo à chamada ‘ideologia de gênero’ e que compactuam com as premissas sobre educação defendidas pelo ESP são discursos conservadores que mobilizam atitudes reacionárias e discriminatórias. Reacionárias, pois são respostas a conquistas de direitos de algumas minorias entendidas como se significassem uma destruição de organizações, instituições e valores já postos e por eles defendidos. O conservadorismo é reacionário no sentido de que mobiliza essas organizações e instituições para que os ‘costumes’ sejam mantidos, posto que estão sendo ameaçados. Porém, conforme Mariana Amorim e Ana Salej (2016) apontam, esse “conservadorismo de costumes”

[...] não expressa somente uma reação a mudanças nos costumes, cada vez mais presentes, especialmente, no que concerne à moral sexual, sendo também uma reação das classes políticas às novas formas de organização das identidades sociais e de ação política e podendo servir como um véu que desvia a atenção de temas ou comportamentos que não desejam divulgar (AMORIM; SALEJ, 2016, p.40).

Retornando a uma análise sobre conservadorismo, podemos compreender que são mobilizadas por ele práticas reacionárias e também discriminatórias relativas a gênero,

²² Segundo os autores: “O uso do ‘X’ nas palavras, do ponto de vista linguístico e gramatical, é uma forma de usar uma linguagem escrita que expresse maior igualdade entre homens e mulheres. A língua portuguesa determina que o plural dos substantivos deve usar o gênero no masculino. Essa generalização do plural é considerada sexista e machista por certos grupos e indivíduos, resultando assim em propostas por um gênero plural não sexista a ser adotado em Português. O uso do ‘X’ é uma tentativa de, no âmbito da escrita, tornar a língua mais democrática” (SEPULVEDA; SEPULVEDA, 2016a, p.77).

sexualidade, etnia, cultura, classe social (e diversas outras categorias). De acordo com Sepulveda e Sepulveda (2016a), esse conservadorismo atua muitas vezes diretamente, em narrativas explícitas, mas também disfarçado e escondido em enunciados a favor da defesa de organizações e instituições ‘fundamentais’ na nossa sociedade, como a educação, a família e a religião, ou seja, elementos que fazem parte da forma como nos organizamos enquanto sociedade moderna, pois estão na base das nossas relações sociais e fazem parte da nossa história, da nossa cultura, dos nossos processos de subjetivação.

Assim, práticas discursivas conservadoras tendem a usar estratégias que buscam evocar o medo e estabelecer o pânico moral, construindo, por meio dessa narrativa, um cenário no qual é preciso mobilizar ‘defesas’ diante de ‘ataques’. Essa estratégia é facilmente observada no ESP.

Retomando uma das características apregoadas pelo ESP – a não “vinculação política, ideológica ou partidária”, acionamos Sepulveda e Sepulveda (2016b) para pensar que é característica dos discursos conservadores se disfarçarem através de ideais progressistas. A estratégia utilizada pelo ESP é a defesa de uma escola que promova a liberdade de pensamento e o pluralismo de ideias. Daniel Cara (2016) aponta que o ESP passou a advogar em defesa de uma prática pedagógica supostamente plural, ao perceber que a defesa de uma educação neutra seria uma demonstração de ignorância sobre o tema. “Porém, sob o véu da pluralidade declarada o que se observa é a promoção de um perigoso dogmatismo conservador” (CARA, 2016, p.45).

Esse pluralismo é tanto um disfarce da agenda política conservadora do ESP, que, ao tratar das questões de gênero e sexualidade, utiliza a argumentação de que “as homossexualidades vão destruir a família” (SEPULVEDA; SEPULVEDA, 2016b, p.147), ao mesmo tempo em que mostra ser a favor da pluralidade e da liberdade. Ou seja, posturas antagônicas aparecem no seu discurso, apontando para o fato de que o movimento possui agenda conservadora e reacionária. Segundo Katz e Mutz (2017),

Aqui, é possível enxergar mais uma estratégia muito comum nas proposições do movimento, e que demonstra, também, a sua heterogeneidade discursiva: trata-se da mistura entre afirmações bastante democráticas e algumas um

tanto idealistas ou, às vezes, autoritárias. Como vimos anteriormente, o Escola Sem Partido quer se identificar como defensor da liberdade, mas, para isso, ele deve justificar a existência de algo que impeça o livre aprendizado dos alunos, para oposição. Não é à toa, portanto, que a proposição de uma escola democrática e livre seja sinalizada como a oposição ao modelo de escola que vemos hoje no Brasil. São duas ênfases que fazem parte do mesmo enunciado, poderíamos dizer, pois as duas atuam no sentido de fabricar certa percepção da escola como espaço de hegemonia ideológica e, por causa disso, a necessária intervenção nesse espaço para que se alcancem os ideais postulados (KATZ; MUTZ; 2017, p.198).

É explícito o entendimento que possuem (o ESP e os sujeitos que compartilham destas narrativas) de que toda e qualquer abordagem relacionada a gênero e sexualidade é de ordem moral - há uma raiz cultural nessa forma de ver. Logo, defendem que as abordagens de gênero e sexualidade, de modo amplo, e as abordagens que toquem discussões sobre pautas feministas e LGBTQIA+ não devem ocorrer na escola, pois é um direito das famílias educar filhas/os de acordo com suas convicções morais. Também é defendido o respeito à integridade intelectual e moral das/os estudantes em uma escola que deve ser aberta às diversas perspectivas, aos infinitos matizes da realidade, à neutralidade, ao equilíbrio, à liberdade de pensamento e ao pluralismo de ideias. Mas, ora, não foi dito que não devem ocorrer abordagens de gênero e sexualidade na escola? Que a escola não é espaço para discutir movimentos sociais, movimentos feministas, movimento LGBTQIA+? Que as abordagens de gênero e sexualidade, posto que são de “ordem moral”, não cabem na escola e estão restritas ao ambiente familiar e doméstico?

Ao longo de todo o texto da aba Apresentação, no site do movimento, podemos perceber que o ESP se posiciona utilizando um discurso aparentemente progressista para justificar a sua agenda conservadora, como podemos ler no trecho:

Se você sente que seus professores ou os professores dos seus filhos estão comprometidos com uma visão unilateral, preconceituosa ou tendenciosa das questões políticas e sociais; se percebe que outros enfoques são por eles desqualificados ou ridicularizados e que suas atitudes, em sala de aula, propiciam a formação de uma atmosfera de intimidação incompatível com a busca do conhecimento; se observa que estão engajados na execução de um projeto de engenharia social, que supõe a implementação de uma nova escala de valores, envie-nos uma mensagem relatando sua experiência

(acompanhada, se possível, de elementos que possam comprová-la)
(APRESENTAÇÃO, [201-]).²³

Desse modo, o ESP afirma que existe uma implementação de “nova escala de valores”, quer dizer, novos valores que visam destruir os outros valores: morais, familiares e religiosos nas escolas. Que valores morais seriam esses, tanto de um lado, quanto de outro? Quais valores são os que “atacam e ameaçam destruir” e quais são os que “se defendem da destruição”?

O movimento se posiciona de modo a impedir que essa “destruição dos valores morais” aconteça e sugere que aquelas/es que vivenciarem as situações descritas no trecho acima as relatem, de preferência, com “*elementos que possam comprová-la*”. Esse é outro aspecto fundamental do ESP: a cultura de denúncia do trabalho docente e a judicialização das práticas educativas. É importante ressaltar que o ESP personifica o ensino, a educação e a escola na figura do docente, a fim de facilitar as vias para denúncia e judicialização (ALGEBAILLE, 2017; RAMOS, 2017).

O movimento se utiliza, então, de uma estratégia de polarização comum à política conservadora: apresenta uma dualidade entre valores tradicionais e “*uma nova ordem de valores*”, esta última entendida como uma ameaça de destruição aos valores e ideias defendidas pelas/os conservadoras/es, pois ameaçam a escola, a família, a religião. O ESP utiliza enunciados que veiculam o medo para, com isso, defender essas instituições dos ataques que dizem receber. Vale pensar: que defesa seria essa? Não seria a defesa de valores morais específicos, de um sentido específico de escola, família e religião? Que valores e sentidos seriam esses?

Instaura-se, assim, uma disputa – de um lado, o ESP e do outro? Para o ESP, do outro lado, estão as/os ‘doutrinadoras/es’. O discurso utilizado pelo ESP evidencia um problema de ‘crise na educação’ e apresenta a sua solução através de uma prática discursiva de negação e silenciamento, em prol de uma escola entendida como ‘livre e neutra’ (KATZ; MUTZ, 2017). Essa disputa instaurada a partir dos posicionamentos do ESP é uma disputa pela verdade, isto é,

os discursos conservadores podem ser vistos funcionando como regimes de

²³ O itálico será empregado nas citações que apresentam as narrativas das/os estudantes entrevistadas/os.

verdade e se baseiam em um sistema de exclusão, pois nem todos possuem o direito ou a possibilidade de dizer tudo, assim como nem todos são reconhecidos em seus discursos, ou seja, para os conservadores só o seu discurso está autorizado, assim como sua forma de pensar é a correta, excluindo os demais discursos e pensamentos que são produzidos na arena social (SEPULVEDA, SEPULVEDA, 2016a, p.83).

Assim, ao pensar nas práticas discursivas acionadas pelo ESP, retomamos a compreensão foucaultiana do termo. Essas práticas tomam corpo em todo um conjunto das técnicas, das instituições, dos esquemas de comportamento, dos tipos de transmissão e difusão de saberes e nas formas pedagógicas que, por sua vez, as impõem e as mantêm. O discurso pode ser considerado como uma série de elementos que operam no interior do mecanismo geral do poder, sendo preciso considerá-lo “como uma série de acontecimentos, como acontecimentos políticos através dos quais o poder é vinculado e orientado” (FOUCAULT, 2006, p.254).

O discurso, então, compõe o mundo e os sujeitos e nos coloca em regimes discursivos que nos moldam, nos impõem e nos mantêm uma maneira de compreender, narrar e pensar específicas. Esses regimes discursivos atuam como dispositivos que levam à produção de regimes de verdade. Assim, o discurso é entendido como um elemento nesse sistema de poder, que se liga a outros elementos, os quais se relacionam reciprocamente uns com os outros (FOUCAULT, 2006).

Por isso, as/os conservadoras/es, quando assumem práticas discursivas sobre gênero e sexualidade e quando defendem determinados papéis para a educação/escola, produzem saberes que irão atuar no interior desses mecanismos de poder (SEPULVEDA; SEPULVEDA, 2016a). Nesse sentido, não é possível a existência de enunciados neutros, tampouco de relações neutras por onde o discurso circula. É dessa forma que conectamos o ESP, com suas proposições conservadoras, à normatividade heterossexual, ao machismo, às discriminações de gênero e a uma visão de educação que tenta excluir por meio do silenciamento, da negação e da violência.

Gênero, sexualidade, família e as concepções do ESP

Para esta parte de nossa análise, selecionamos algumas mensagens que abordam questões de gênero e sexualidade e trazem algumas visões sobre filhos, tutela familiar, papel da escola e educação moral, entre outros, presentes na seção do site do ESP intitulada “Defenda seu filho”. Trata-se de mensagens que, de certo modo, parecem resumir e ‘condensar’ as ideias defendidas pelo ESP quanto a essas questões.

A primeira mensagem²⁴ é a fala de um pai pedindo orientação ao ESP diante do acontecimento de a filha ter participado de uma aula “*dita ‘educação sexual’*” sem o consentimento dele. Segundo as palavras do pai, “*Minha filha que tinha acabado de completar 12 anos disse que tinha vontade de chorar, de fugir da sala de aula pelo grande constrangimento que a fizeram passar*”. Ele descreve ainda que, nessa aula, na qual se ensinou a colocar camisinha em um pênis de plástico, “*ensinaram a praticar sexo oral e anal*”. Em outro trecho, ele diz: “*minha filha disse que a professora de ciências falou sobre penetração, sobre o homem quando goza dentro da vagina*”. Por fim, o denunciante afirma:

Crio meus filhos dentro de nossa doutrina religiosa e, mesmo sabendo das necessidades de aprender sobre as manifestações de nossos organismos, tento planejar a descoberta dos pequenos através de etapas. Sei que é desnecessário apresentar essas coisas nessa idade. Porventura querem prepará-los para realizarem o ato sexual precocemente?

Outra mensagem²⁵, de outro pai, também fala sobre o ensino de gênero: “*O professor de Sociologia deu um trabalho para a nota que seria publicar uma foto e fazer um comentário nas Redes Sociais sobre gênero ou sociabilização*”. Ele afirma que “*o conteúdo lixo de gênero na sala de aula*” massacra alunos despreparados, tornando-os “*cúmplices na divulgação dessa agenda nefasta*”. Em determinado momento da mensagem, o pai afirma o seu posicionamento:

Coloco meus filhos na escola para aprenderem Matemática, Física, Química,

²⁴Disponível em:
<http://www.escolasempartido.org/defenda-seu-filho-categoria/638-mensagem-enviada-por-carlos-magno-25-02-2015>. Acesso em: 6 mai. 2019.²⁵Disponível em:
<http://www.escolasempartido.org/defenda-seu-filho-categoria/606-mensagem-enviada-por-moisés-de-oliveira-andrade-em-12-07-2016>. Acesso em: 6 mai. 2019.

Biologia, Português, etc., e não pra serem doutrinados em "valores" morais de esquerda. Valores dou eu que sou pai. Religião ensino eu que sou pai. Sexualidade mostro eu que sou pai. Política ensino eu que sou pai.

E termina a mensagem prestando apoio e solidariedade ao ESP, dizendo-se totalmente a favor do movimento, pois há “*doutrinação e massificação*” através de “argumentos muito poderosos”, “*que acuam nossos filhos*”. Esse pai diz o seguinte sobre adolescentes nesse cenário por ele apresentado: “*Este apelo esquerdista é muito ‘bonitinho’ e muito convidativo aos adolescentes em fase de auto-afirmação e de negação dos valores da família e aceitação do ‘grupo’ como padrão de comportamento*”.

Por fim, a última mensagem²⁶ aborda a Educação Infantil, mas contribui para entendermos a dinâmica defendida pelo ESP sobre relações entre família e escola e a quem cabe a tutela do sujeito aluno. Nessa mensagem, o pai apresenta uma situação ocorrida na escola:

Convidaram os alunos (meu filho recusou participar) a trocarem os gêneros das vestimentas, entrar em todas as turmas (crianças de 7 anos indo para casa assustadas com o choque da cena), enquanto uma professora de ciências (não deveria ela ensinar sobre fórmulas, reações químicas do que agir como militante da consciência social?) explicava sobre transfobia, lesbofobia, e expuseram no álbum da escola dezenas de fotos.

O pai termina a mensagem explicando que a orientação que recebeu, ao procurar o Ministério Público (MP) e o Conselho Tutelar, fora ir à direção da escola a quem ele poderia questionar sobre não terem avisado os pais da atividade ou terem pedido permissão aos pais para que os alunos dela participassem. O pai conclui dizendo que avisou a escola: “*se o abuso se repetisse eu levaria o material que salvei da própria página da escola para o MP*”.

Nas mensagens aqui destacadas, podemos perceber o caráter da tutela dos pais sobre suas/seus filhas/os. Além disso, a afirmação de que os valores ensinados na escola devem ser coerentes aos dos pais e, quando não os forem, devem passar pela sua permissão/autorização,

26

Disponível em: <http://www.escolasempartido.org/defenda-seu-filho-categoria/572-mensagem-enviada-por-anderson-da-silva-em-12-12-2015>. Acesso em: 6 mai. 2019.

quando não eliminados da sala de aula e da escola. Fernando Penna (2017) apresenta uma das características principais do ESP: a defesa do poder total dos pais sobre os seus filhos. Nas mensagens, podemos perceber que o ESP não acredita em uma escola onde as/os profissionais da educação tenham capacidade e autonomia para conduzirem currículos e práticas pedagógicas. Ao contrário, acredita que as famílias devam confrontar os projetos educativos que não estejam de acordo com suas convicções. Isso não é feito em tom de diálogo e como construção conjunta, mas colocando o ‘poder total’ dos pais sobre suas/seus filhas/os e sobre a escola como um todo.

Nas mensagens acima, está explícita a concepção de que a discussão de gênero em sala de aula é uma tentativa de *“transformar os jovens em gays e lésbicas e destruir a família”*, quando não *“preparar esses jovens para realizarem o ato sexual precocemente”* ou *“ensinarem a fazer sexo”*. Até mesmo quando um dos pais reconhece que a abordagem realizada na sala de aula explicava *“transfobia e lesbofobia”*, este se posiciona afirmando que a escola não é espaço para que professoras/es ajam como *“militantes da consciência social”* (como se esses temas fossem *“de esquerda”*). Em outros trechos, fica enfatizado o papel da escola: é lugar para aprender *“fórmulas e reações químicas”, “matemática, física, química, biologia, português etc., e não para serem doutrinados em valores morais de esquerda”*.

Na *homepage* do ESP está em destaque um dos principais artigos que abordam diretamente o ensino de gênero nas escolas: *“Quem disse que educação sexual é conteúdo obrigatório?”*²⁷. O texto, assinado por Miguel Nagib, defende a ideia de que as abordagens de gênero e sexualidade, chamadas todas de *“educação sexual”*, são, na verdade, *“educação de valores”*. A partir disso, dizem, então, que não existe uma disciplina intitulada *“educação de valores”* e explicam o objetivo desse tipo de *“educação de valores”*: *“inculcar valores e sentimentos na consciência do estudante de modo que ele tenha determinado comportamento”*. Nagib continua o texto dizendo que esse tipo de educação é *“uma lavagem cerebral”* e espalha os seus conteúdos através da transversalidade. Ainda explica:

²⁷

Disponível

em:

<http://escolasempartido.org/educacao-moral/442-quem-disse-que-educacao-sexual-e-conteudo-obrigatorio>. Acesso em: 6 mai. 2019.

Assim, por exemplo, numa aula de Ciências, ao tratar do aparelho reprodutor, o professor aproveita para explicar aos alunos “como se transa”; ou, numa aula de Comunicação e Expressão, o professor manda que os alunos leiam um texto que, a pretexto de combater o “preconceito”, promove o comportamento homossexual.

Nos trechos extraídos do site, apresenta-se como o ESP mostra anuência com a forma de pensar dos depoimentos dos pais. A base argumentativa utilizada é a mesma para todos eles. De acordo com Salomão Ximenes (2016), com base em diversas garantias jurídico-constitucionais apresentadas em seu trabalho²⁸, professores e professoras não podem ser consideradas/os reprodutoras/es de disciplinas e conhecimentos tecnicistas, como se os saberes escolares estivessem já produzidos e prontos, estanques, externos e alheios aos processos de escolarização e formação de sujeitos. Pelo contrário, o esperado é que atuem em um sentido de liberdade de ensinar e de aprender que contrapõe efetivamente à alienação, à judicialização e ao amordaçamento do trabalho docente e dos processos escolares/educativos os quais o ESP propõe. Não há “liberdade absoluta” na educação formal, uma vez que existem componentes curriculares, documentos orientadores das práticas de ensino, deveres funcionais e contextos específicos que relativizam, flexibilizam e, em certa medida, limitam o exercício de tais liberdades, como argumenta Ximenes (2016, p.57):

Muito diferente disso é, entretanto, o cerceamento absoluto e a priori da liberdade quanto ao tratamento de determinados fenômenos sociais que devem ser estudados justamente porque são parte constitutiva do direito dos estudantes. Os estudantes, diferentemente da concepção tutelar ou de ‘vulnerabilidade’ inscrita nos projetos, também têm assegurada a sua liberdade de aprender em um ambiente plural.

Podemos perceber, nas mensagens dos pais, a concepção de juventude de acordo com o estereótipo do senso comum: a adolescência é a fase da autoafirmação, da negação dos valores da família, da busca por um comportamento que seja aceito e aprovado perante um grupo – entendido, então, como um substituto da família. Essas características constituem a/o “adolescente rebelde”. Outra concepção presente nas mensagens e que merece destaque, uma

²⁸ Para mais leituras e análises sobre o ESP, do ponto de vista do Direito, ver FRIGOTTO (2017) e SOUZA et al. (2016).

vez que constitui centralidade no ESP, é a judicialização, a ameaça e o cerceamento da prática docente. Junto a esses aspectos, é construída também uma proposta de negação e de silenciamento das possibilidades de diálogo e de construção democrática e conjunta da escola com a comunidade e a população.

Em todas as mensagens é transmitida a ideia de que as/os filhas/os estão desprotegidas/os no ambiente escolar, onde se sentiriam constrangidas/os, ameaçadas/os e amedrontadas/os diante das atividades que abordam gênero e sexualidade. Nas mensagens, a idade dos filhos e da filha está indicada, possuem 7, 12 anos, sendo outro adolescente (provavelmente no Ensino Médio, pela descrição das matérias que o pai disse o filho estudar). Mesmo tendo faixas etárias bastante distintas, a concepção desses pais é de filhos que “não estão prontos” para terem abordagens de gênero e sexualidade em sala de aula. Que relação com a escola é essa em que é esse saber da família quanto ao que deve ou não deve ser ensinado, de que maneira, para qual faixa etária, é o único saber possível, preferível?

Vale ressaltar que são literalmente pais: a grande maioria das mensagens do site é de pais e não de mães. A figura da autoridade familiar masculina aparece nas mensagens analisadas, mas fica explícita neste trecho: “*Valores dou eu que sou pai. Religião ensino eu que sou pai. Sexualidade mostro eu que sou pai. Política ensino eu que sou pai*”. Ou seja, a tutela e a autoridade moral sobre as filhas e filhos pertencem apenas à família – representada pelo pai – mesmo quando estas/es filhas/os se encontram em ambiente escolar.

Para o ESP, as professoras e professores estariam usurpando a autoridade moral dos pais (PENNA, 2017). Muitos questionamentos se produzem na relação com esses materiais: que tutela moral é essa que o ESP defende? Em que momento o sujeito jovem/aluno deixa de ser o “filho”, o “filho dos outros”? Em algum momento ele deixa de ser o sujeito “assujeitado” ao pai/à família para se tornar outra coisa? Que outra coisa poderia ser? Continuando no que Fernando Penna (2017) aponta, argumentamos que, para o ESP, as professoras e professores estariam usurpando não apenas a autoridade moral dos pais, mas também da religião. Para o ESP, apenas é possível para a/o “jovem aluna/o” ser “o filho de alguém” (sob tutela moral da família) e “o fiel de algum credo” (sob tutela moral da religião). Quantas são as arenas de disputa por essa/e jovem? Em qual arena é a/o jovem que diz sobre si?

Diálogos possíveis sobre gênero e sexualidade com jovens secundaristas em tempos de ESP

As/os estudantes entrevistadas/os durante a realização da pesquisa trouxeram perspectivas sobre escola e docentes bastante diferentes das veiculadas pelo ESP. O projeto defendido pelo EPS nega diversidades e pluralidades de gênero e sexuais e o faz de forma a silenciar e violentar as existências LGBTQIA+. O relato trazido por Luis mostra que existe uma escola e uma família que o ESP escolhe não levar em consideração.

Pesquisadora - *E assim, você enfrenta ou já enfrentou dificuldades ou desafios com essa questão, de ser mulher, ser homem...*

Luis - *Já. Bastante. Na escola também foi, é um baque bem grande. Essa escola²⁹ me acolheu muito bem, por isso, sei lá, eu gosto bastante daqui, me sinto à vontade. Às vezes me sinto mais à vontade aqui do que... na minha casa.*

Pesquisadora - *E em relação a sua orientação sexual, tanto aqui na escola, quando em outros lugares também... você já teve dificuldades, ou ainda tem, alguma situação que te marcou assim...*

Luis - *Já, já. Eu já apanhei por ser trans. Três vezes. E, poxa, não é a... acho que a dor física não é tanta quando a emocional, que fica na cabeça, sabe? Poxa, qual a alegria das pessoas de chegarem pra você e te agredirem? O que você vai trazer pra elas, o que vai agregar? É meio idiota.*

Pesquisadora - *Essas situações aconteceram alguma aqui na escola?*

Luis - *Não, não. Na verdade, quando alguém tenta mexer comigo aqui na escola, a maioria da sala me defende, então eu me sinto bem à vontade.*

A escola de Luis é também acolhedora para ele. Em outro momento da entrevista, ele relatou como o diretor também exerce um papel importante nesse acolhimento, mostrando que sua compreensão de escola não está restrita a docentes e estudantes (diferente da compreensão do ESP). “Se sentir mais à vontade na escola do que na própria casa” mostra também como é possível que família e escola não estejam sempre alinhadas entre si, tampouco com o que a/o jovem pensa e deseja para si mesma/o. Luis é citado em outras entrevistas por duas colegas de sala. Mariana fala de Luis, quando questionada se enfrenta ou já enfrentou desafios ou dificuldades em relação à sua orientação sexual. Ela responde:

²⁹ Nome da escola ocultado a fim de manter sigilo e anonimato.

Mariana - Não... Nesse ponto eu sou bem basiquinha (rindo)... Mas assim, é muito difícil, eu entendo, eu tenho amigos é... assim, que são gays, tem lésbicas, tem um colega nosso que é trans, a vida deles realmente não é fácil. Não, não é mesmo. É triste dizer que eu fico aliviada pelo fato de eu ser uma pessoa aspas 'normal'.

Mariana diz das ambiguidades de seus sentimentos, de se sentir triste e aliviada ao mesmo tempo – por saber que não sofre discriminações em relação à sua orientação sexual e por lamentar que isso aconteça a muitas pessoas, citando amigos e amigas. Ela destaca ainda as aspas na palavra 'normal', colocando junto também o seu questionamento e discordância com esse modo de ver e pensar as sexualidades, que já demonstra em outros momentos da entrevista também. Falar de Luis, dizer “tem um colega nosso que é trans”, é trazer nas narrativas a presença não apenas da pessoa em si, mas das diversidades sexuais e de gênero como um todo. Diferente do que o ESP apregoa, e de acordo com pesquisas e produções acadêmicas da área de gênero e sexualidade, as diversidades de gênero e sexuais habitam e compõem a escola, pois habitam e compõem o mundo na contemporaneidade. Não se trata apenas da questão sobre falar ou não de gênero e sexualidade na escola, ou de se ter ou não no currículo uma disciplina intitulada “educação sexual”, mas, principalmente, de reconhecer que as diversidades sexuais e de gêneros são produções e produtos das mais variadas instâncias socioculturais que habitam e compõem subjetividades.

Mais adiante, nas entrevistas, foram abordadas algumas vivências das/dos estudantes quanto a terem presenciado cenas ou situações de discriminações, de forma geral (quanto a gênero, sexualidade, raça, classe...). A essa altura, Mariana relata uma situação escolar:

Pesquisadora - Você já presenciou situações de discriminação, não necessariamente essas que a gente tá falando, mas alguma outra situação assim, de transfobia, por exemplo, ou racismo...

Mariana - Já. Aqui na escola, por exemplo, transfobia, é... tem um colega nosso que tem várias pessoas lá na sala que estudaram com ele enquanto ele ainda era Isabela. E que, essa pessoa, sabendo dessa escolha dele, sabendo que agora ele é Luis, agora ele é um cara, continua chamando ele de Isabela. Por exemplo, o professor de educação física, que na chamada, todos os professores assim, que eu consigo me lembrar, todos eles chamam o Luis pelo nome de

Luis, colocam na lista de recuperação, quem tá de recuperação, Luis, é, se ele assinar Luis tá tudo certo, as pessoas sabem que é ele, e tem o professor de educação física que insiste em chamar ele de Isabela. E isso deve incomodar muito ele, porque as pessoas continuam falando que não, ele não é essa pessoa não, ele é uma garota, e ele não é mais homem, e que talvez ele nunca seja. Então... eu vejo isso assim e eu fico mal por ele [...].

A situação narrada acima é pensada por Mariana como transfobia, algo que ela observou acontecer na escola e com o qual se sente indignada. O episódio nos conduz a pensar na instabilidade das categorias gênero e sexualidade, ao serem tomadas pelos sujeitos como elementos constitutivos de suas identidades. A tensão trazida pelo desrespeito ao uso do nome social foi ocasionada pela 'validação' ou não de uma identidade de gênero ou até mesmo ao não entendimento do gênero (e da sexualidade) enquanto categorias identitárias postas em construção e negociação. Mesmo com a situação trazida por Mariana, Luis conta que sua experiência com o uso do nome social na escola tem sido respeitada.

Pesquisadora - *Você já falou um pouco da escola né, mas você sente, de forma geral, que pode falar o que você pensa aqui na escola?*

Luis - *Sim. Aqui eles escutam bastante, tanto os meus professores quanto os meus colegas de sala.*

Pesquisadora - *Uhum. E você fica a vontade pra fazer isso com todos eles, professores, colegas?*

Luis - *Quase todos. Alguns não me dão uma intimidade tão grande.*

Pesquisadora - *E aí você acha que isso pode, não sei... como que você se sente?*

Luis - *Ah não sei, eu prefiro, tipo, alguns professores entram, conversam, eu fico na minha, assisto a aula, alguns já têm a liberdade de perguntar como eu tô, se... Como tá o meu nome, como tá a mudança do meu nome pro nome social... Isso é bem legal, eles se interessarem...*

Pesquisadora - *E você sente alguma dificuldade ou tem alguma facilidade né, com essa questão do nome aqui na escola?*

Luis - *Tenho, eles respeitam bastante, de eu não usar meu nome de registro e me chamarem pelo nome social, mesmo que não tenha mudado nos documentos da escola, eles respeitam bastante isso.*

Mais do que dizer do respeito ao nome social, Luis conta de uma escola onde ele sente que pode falar o que pensa, onde ele se sente escutado por professores e colegas de sala, onde acha legal que professores se interessem pela questão do seu nome, pelo respeito e acolhimento à sua identidade de gênero.

Por fim, ao conversarmos nas entrevistas sobre os modos de as/os estudantes lidarem com sua sexualidade, Leila conta o que pensa sobre gravidez, como se relaciona com essas questões e conta que “todo ano”, na Feira de Ciências da escola, vários grupos de alunas/os escolhem abordar em seus trabalhos temas sobre prevenção de gravidez, por exemplo.

Leila - Igual a gente faz, no finalzinho de setembro. Então agora, início de agosto, assim, a gente vai preparando pra falar sobre isso aí. Por exemplo, o meu grupo, são grupos, de 5, 6 pessoas que falam sobre isso, e ainda vale nota. Então assim, eu por exemplo, eu nunca fiz, mas se você for visitar a feira no caso a dessa escola, você vai saber. Tem sempre alguém falando sobre sexualidade, sobre como prevenir também, entendeu. O meu grupo por exemplo, esse ano vai falar sobre transgêneros. Então assim, é diferente, é um tema diferente, de sexualidade, mas assim, todo ano a gente fala aqui.

Pesquisadora - E porque que vocês do grupo pensaram em falar sobre isso?

Leila- É que tipo assim professora o quê que acontece, é... é porque tem no... Como é que eu vou te explicar? No nosso grupo já tem uma pessoa assim. Que faz parte desse grupo de LGBT. Então, é... Pra poder ficar um tema diferente, e eu acho que nunca fizeram aqui na escola, nunca falaram sobre esse tema. Assim, até então eu também não conhecia. Então a gente vai falar pra poder mostrar pros alunos como é que é, entendeu? Igual, também tem muito preconceito sobre os LGBTs, entendeu, as pessoas que são diferentes, e tal, assim, é uma realidade de hoje. Entendeu?

Leila deixa explícita a justificativa que seu grupo teve ao escolher falar sobre “transgêneros” na Feira de Ciências. “No nosso grupo tem uma pessoa assim, que faz parte desse grupo de LGBT”. No mundo há pessoas assim. Nas escolas há pessoas assim. E, se não estão nas escolas, devemos nos questionar: por que isso ocorre? Que escola é essa? Se pessoas LGBTQIA+ ocupam a escola, também devemos continuar atentas/os e questionar quais os efeitos dessa presença. Leila demonstra que, para ela, o preconceito sobre os LGBTQIA+ “é uma realidade de hoje”. Leila usa sua percepção de um mundo concreto para determinar para si qual tema vale ou não a pena abordar em uma Feira de Ciências. A escola descrita por Mariana, Luis e Leila é ignorada pelo ESP, posto que ignoradas/os também são suas/seus docentes, discentes e demais atores escolares. Como já dito, o ESP defende um projeto de escola que “só faz sentido” ao negar, silenciar e violentar jovens estudantes em suas diversidades de gênero e sexualidade, mas não apenas, pois também desconsidera toda uma trama complexa de produção de identidades e juventudes escolares.

Considerações finais

A pesquisa com jovens estudantes secundaristas de uma escola pública nos traz pistas para pensar que as tramas constituintes do social e da cultura, em determinado momento histórico, são ‘costuradas’ a partir de processos conflituosos, de negociações, alianças e resistências. Embora estejam vinculadas/os ao contexto social mais amplo apresentado neste artigo, no qual impera o conservadorismo, o reacionarismo e a perseguição ao debate crítico e direitos ligados às mulheres e pessoas LGBTQIA+, as/os jovens nos conduzem a pensar em rupturas vividas em uma escola distinta daquela ‘imaginada’ pelo ESP.

Ao tomarmos a noção foucaultiana de discurso como produtor daquilo a que se refere e não apenas como representação de algo, investimos na ideia de que os enunciados acionados pelo ESP produzem uma realidade: de uma escola doutrinadora, de professoras e professores que aliciam jovens e de saberes que provocam pânico e constrangimentos. O caráter heterogêneo e negociado dos regimes de verdade de determinada época nos conduz a pensar que múltiplas realidades são discursivamente elaboradas, a partir da vinculação dos diferentes grupos sociais a saberes morais, religiosos, médicos, jurídicos, educacionais. Portanto, falamos em realidades, no plural, inventadas em processos de significação ativamente tramados e disputados.

Investimos também em certa concepção de escola e de função social dos processos educativos escolares: diferente do que preconiza o ESP, a escola pode ser espaço de ruptura e descontinuidade em relação aos valores familiares. Em certa medida, a escola ‘nos arranca’ de nossos contextos familiares, nos quais determinados valores se fazem reinantes. Sua função, portanto, está associada às ideias de ampliação das visões de mundo, de conexão com múltiplos saberes e culturas e pluralização dos modos de pensar e se relacionar. A escola é espaço da diferença. É contra isto que o ESP parece lutar, é isto que o movimento parece repudiar: a possibilidade de que suas/seus filhas/os tensionem a educação recebida nas famílias, que produzam modos outros de pensar e agir no mundo, em especial, outros modos

de lidar com os processos de identificação e diferenciação das normas de gênero e sexualidade. O caráter ameaçador dessas proposições está na potencialidade e na riqueza da diferença como valor que garante os princípios democráticos de dignidade, respeito e justiça social. O medo está na perda dos privilégios e na modificação das práticas cotidianas contaminadas pelo machismo, pelo heterossexismo e pelo cissexismo que produzem discriminações e violências para quem ousa se distanciar das normas. Assim, entre perspectivas conservadoras e reacionárias como as do ESP e as 'escolas vividas' pelas/os jovens, pode haver hiatos, tendo em vista um ambiente escolar que pode se mostrar acolhedor e comprometido com debates críticos das realidades experienciadas.

Referências

ALGEBAILLE, E. Escola sem partido: o que é, como age, para que serve. *In*: FRIGOTTO, G. (org.). *Escola "sem" partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: UERJ: LPP, 2017, p.63-74.

AMORIM, M. A.; SALEJ, A. P. O conservadorismo saiu do armário!: a luta contra a ideologia de gênero do movimento escola sem partido. *Ártemis*, João Pessoa, v.22, n.1, p.32-42, jul./dez. 2016. Disponível em: periodicos.ufpb.br/index.php/artemis/article/download/32142/16812. Acesso em: 08 set. 2017.

APRESENTAÇÃO. *Escola sem Partido*. [201-]. Disponível em: <http://www.escolasempartido.org/apresentacao>. Acesso em: 6 mai. 2019.

BRAIT, D. Os protagonistas do ESP. *In*: SOUZA, A. L. S. *et al.* (org.). *A ideologia do movimento escola sem partido: 20 autores desmontam o discurso*. São Paulo: Ação Educativa, 2016, p.161-165.

CARA, D. O programa "escola sem partido" quer uma escola sem educação. *In*: SOUZA, A. L. S. *et al.* (org.). *A ideologia do movimento escola sem partido: 20 autores desmontam o discurso*. São Paulo: Ação Educativa, 2016, p.43-48.

CARVALHO, F. A.; POLIZEL, A. L.; MAIO, E. R. Uma escola sem partido: discursividade, currículos e movimentos sociais. *Semina: Ciências Sociais e Humanas*, Londrina, v.37, n.2, p.193-210, 2016.

FOUCAULT, M. Diálogo sobre o poder. *In*: MOTTA, M. B. (org.). *Ditos e escritos, vol. 4: ética*,

estratégia, poder-saber. Trad. Vera L. A. R. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006, p.253-266.

KATZ, E. P.; MUTZ, A. S. C. Escola Sem Partido: produção de sentidos e disputas em torno do papel da escola pública no Brasil. *ETD - Educação Temática Digital*, v.19, n. especial, p.184-205, 2017. Disponível em: <http://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/8647835>. Acesso em: 15 nov.2017.

PENNA, F. A. O escola sem partido como chave de leitura do fenômeno educacional. In: FRIGOTTO, G. (org.). *Escola "sem" partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: UERJ: LPP, 2017, p.35- 47.

RAMOS, M. N. Escola sem partido: criminalização do trabalho pedagógico. In: FRIGOTTO, G. (org.). *Escola "sem" partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: UERJ: LPP, 2017, p.75- 85.

SEPULVEDA, J. A.; SEPULVEDA, D. Conservadorismo e educação escolar: um exemplo de exclusão. *Movimento Revista de Educação*, Rio de Janeiro, v.3, n.5, p.76-107, 2016a.

SEPULVEDA, J. A.; SEPULVEDA, D. O pensamento conservador e sua relação com práticas discriminatórias na educação: a importância da laicidade. *Revista Teias*, Rio de Janeiro, v.47, n.17, p.141-154 , 2016b.

XIMENES, S. O que o direito à educação tem a dizer sobre “escola sem partido”? In: SOUZA, A. L. S. et al. (org.). *A ideologia do movimento escola sem partido: 20 autores desmontam o discurso*. São Paulo: Ação Educativa, 2016, p.49- 58.

Recebido em setembro 2021.

Aprovado em abril 2022.